

PALHARES MOREIRA REIS
Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco

A LEI DOS
PARTIDOS POLÍTICOS
E SUAS ALTERAÇÕES

EDITORA CRV
Curitiba – Brasil
2018

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
-------------------	----

CAPÍTULO 1

A NOVA LEI SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	23
1. A legislação recente sobre partidos políticos	23
2. A “Comissão dos Notáveis” e a vigente lei dos partidos políticos	25
3. A Lei sobre partidos políticos.....	26

CAPÍTULO 2

AS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA LEI N.º 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995.	31
1. A Lei n.º 9.096, de 1995 e a revogação do sistema anterior.....	31
2. Liberdade de criação do partido político	40
3. Objetivo do partido político.....	41
4. Autonomia para definir estrutura e funcionamento.....	42
5. Igualdade de direitos e deveres de todos os filiados	47
6. Caráter nacional da ação partidária	48
7. Vedação à orientação paramilitar do partido político	52
8. Aquisição da personalidade jurídica e registro no TSE.....	52
9. Uma democracia de partidos	55

CAPÍTULO 3

DA CRIAÇÃO E DO REGISTRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	59
1. O momento inicial do partido político	59
2. As providências iniciais	64
3. O pedido ao Cartório do Registro Civil.....	66
4. O apoio básico para a criação do partido político	70
5. Registro dos órgãos partidários nos Tribunais Regionais.....	75
6. O registro no Tribunal Superior Eleitoral	78
7. Alterações nos documentos principais	83
8. Credenciamento de delegados	84
9. Partidos políticos em processo de criação.....	87

CAPÍTULO 4

FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR	89
1. As atividades do partido político.....	89
2. O funcionamento parlamentar.....	90

3. O funcionamento parlamentar.....	92
4. O primeiro ponto: a bancada do partido político	93
5. O parâmetro regimental da Câmara dos Deputados	96
6. A presença partidária no âmbito do Senado Federal	98
7. As reuniões conjuntas de comissões congressuais	100
8. O disciplinamento fixado pelo Regimento Comum do Congresso Nacional	101
9. O entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a participação dos partidos nas decisões parlamentares	103

CAPÍTULO 5

A CLÁUSULA DE BARREIRA OU DE DESEMPENHO	113
1. O grande número de partidos políticos	113
2. O critério da representação proporcional e o sistema pluripartidário	113
3. A cláusula de barreira ou de desempenho	115
4. A evolução histórica da cláusula de desempenho no Brasil.....	118
5. A noção legal da cláusula de desempenho	121
6. A regra brasileira da Lei dos Partidos Políticos e sua evolução.....	124
7. As ações de inconstitucionalidade da cláusula de desempenho	125

CAPÍTULO 6

PROGRAMA E ESTATUTO DO PARTIDO POLÍTICO	129
1. O programa dos partidos políticos	129
2. Conteúdo programático	132
3. Liberdade de organização interna.....	134
4. Os requisitos legais do estatuto partidário.	139
5. A responsabilidade pelo não cumprimento de obrigação.....	143

CAPÍTULO 7

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA.....	147
1. O gozo dos direitos políticos como requisito essencial para a filiação	147
2. Limitação temporal para a disputa de cargo eletivo	155
3. O controle judicial dos prazos de filiação partidária	157
4. Alteração partidária dos prazos de filiação.....	161
5. O desligamento do partido político.....	161
6. Dupla filiação.....	166
7. O mecanismo de controle das filiações exercido pela Justiça Eleitoral	168

8. A perda de mandato pela desfiliação sem justa causa	169
9. A Resolução disciplinadora do procedimento de desfiliação de eleitor.....	170
10. As divergências entre os filiados e o partido e o Poder Judiciário.....	171

CAPÍTULO 8

FIDELIDADE E DISCIPLINA PARTIDÁRIAS	175
1. Fidelidade e disciplina partidárias	175
2. A noção de fidelidade partidária	179
3. A violação dos deveres partidários.....	181
4. Disciplina e fidelidade partidárias.....	189
5. Submissão às diretrizes programáticas do partido	190
6. Perda de mandato por infidelidade partidária	191
7. As regras dos estatutos partidários	193
8. A troca de partido pelo parlamentar	196
9. O entendimento da Justiça Eleitoral.....	197
10. A Resolução do TSE sobre o tema	199
11. As decisões do Supremo Tribunal Federal sobre os mandatos proporcionais	203
12. A questão do suplente partidário	215
13. A infidelidade partidária como lesiva à Democracia	216

CAPÍTULO 9

FUSÃO, INCORPORAÇÃO E EXTINÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS	225
1. Liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos	225
2. Uma informação histórica.....	226
3. A hipótese de cancelamento do registro partidário	229
4. O cancelamento por decisão do TSE no caso de violação de normas de especial relevância.....	230
5. Os novos parágrafos ao art. 28.....	233
6. Os processos associativos entre partidos políticos: a fusão.....	234
7. A incorporação dos partidos políticos.....	236
8. Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre migração partidária que ocorreu durante a legislatura.....	239

CAPÍTULO 10

COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS	253
1. Partidos políticos e alianças partidárias	253

2. As alianças parlamentares permanentes	254
3. As coligações de cunho eleitoral	258
4. As coligações eleitorais no Código Eleitoral de 1950.....	261
5. As coligações partidárias: a proibição pelo Governo Militar e as sublegendas	262
6. A abertura política e a Constituição de 1988.....	265
7. As eleições no período das leis para cada pleito	266
8. A legislação sobre coligações partidárias no fim do século XX.....	267
9. O registro das coligações e das candidaturas	270
10. Os suplentes dos eleitos pelas coligações.....	271
11. A verticalização das coligações partidárias	275
12. A modificação da norma constitucional	277
13. Os suplentes no âmbito da coligação partidária	279

CAPÍTULO 11

FINANCIAMENTOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

E DAS CAMPANHAS ELEITORAIS	289
1. A questão do financiamento de partidos e de campanhas políticas.....	289
2. O financiamento privado dos partidos políticos.....	292
3. O financiamento público dos partidos políticos	297
4. O sistema normativo brasileiro: a isenção tributária	301
5. O sistema legal de financiamento, no Brasil	302
6. Os bônus eleitorais de 1994.....	302
7. As despesas partidárias e de campanha permitidas na legislação ..	303
8. Financiamento do uso do rádio e da televisão.....	308
9. O controle legalmente exigido para as finanças partidárias. A prestação de contas	308
10. Efeitos dos financiamentos sobre os partidos políticos.....	308
11. O intercâmbio das informações sobre os recursos partidários	311
12. Audiências públicas para discutir os critérios para a doação em campanhas políticas.....	316

CAPÍTULO 12

FINANÇAS E CONTABILIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....

1. A obrigação constitucional de prestação de contas à Justiça Eleitoral.....	321
2. O controle legalmente exigido para as finanças partidárias.....	322
3. A receita e os limites às origens das receitas partidárias.....	326
4. Recursos de aporte proibido por lei	331

5. Recursos de fonte não identificada	332
6. A prestação de contas do partido político.....	333
7. O balanço contábil anual.....	336
8. A Resolução n.º 23.406, de 2014	337
9. Estrutura do balanço contábil.....	339
10. A fiscalização da Justiça Eleitoral sobre a escrituração contábil	339
11. Apuração de denúncias.....	340
12. Sanções às violações atinentes às contas do partido político.....	341
13. Suspensão das cotas do Fundo Partidário	342
14. O procedimento da prestação de contas dos partidos políticos	343
15. Sobras de campanha	344
16. A prestação de contas da campanha eleitoral.....	345

CAPÍTULO 13

FUNDO PARTIDÁRIO	347
1. O financiamento dos partidos políticos no Brasil	347
2. O Fundo Partidário	349
3. As restrições ao financiamento de campanhas.....	351
4. A criação do Fundo Partidário	352
5. As doações aos partidos políticos	354
6. A operacionalidade do Fundo Partidário	356
7. A aplicação dos recursos do Fundo Partidário	360
8. Impenhorabilidade dos recursos públicos oriundos do Fundo Partidário e destinados a partido político	365

CAPÍTULO 14

PROPAGANDA PARTIDÁRIA E INTRAPARTIDÁRIA.....	367
1. Natureza e objetivos da propaganda	367
2. Os princípios da propaganda política.....	370
3. A propaganda política.....	374
4. A propaganda institucional	376
5. A propaganda partidária não eleitoral.....	378
6. A propaganda eleitoral do partido e de seus candidatos.....	386
7. Limites penais à propaganda	389
8. Partido novo e direito à participação na propaganda partidária.....	389

CAPÍTULO 15

ACESSO GRATUITO AO RÁDIO E À TELEVISÃO.....	391
---	-----

1. Acesso gratuito ao Rádio e à Televisão	391
2. O horário político ou direito de antena	399
3. O horário político na televisão e nas emissoras de rádio.....	400
4. A propaganda eleitoral gratuita.....	405
5. A punição da emissora em caso de descumprimento das normas sobre propaganda	408
6. O procedimento nas eleições municipais.....	409
7. A propaganda institucional dos partidos políticos.....	410

CAPÍTULO 16

DISPOSIÇÕES GERAIS	411
1. Uso gratuito de escolas públicas e Casas Legislativas pelos partidos políticos	411
2. A compensação fiscal pela cedência do horário gratuito no rádio e na televisão	411
3. Regência legal da fundação ou instituto criado por partido político.....	412
4. Distrito Federal e os territórios considerados equivalentes a Estados e Municípios	412

CAPÍTULO 17

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	413
1. As alterações estatutárias nos partidos políticos	413
2. A revogação do art. 56 e seus incisos pela Lei n.º 13.165, de 2015	414
3. A revogação do art. 57 e de seus incisos	415
4. A candidatura a cargo eletivo, para efeito de disputa eleitoral.....	415
5. As alterações do antigo Código Civil e da Lei dos Registros Públicos	416
6. As instruções expedidas pelo TSE para a aplicação desta lei.....	417
7. Vigência da lei nova e revogação de dispositivos das leis anteriores.....	418

CAPÍTULO 18

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995: Lei dos Partidos Políticos e suas alterações.....	419
---	-----

REFERÊNCIAS.....	441
------------------	-----